



Lourenço, diante da mousse e ao lado de Azevedo (E): abjurando a Constituição que ajuda a escrever

Líder propõe adiar 2º turno

Para Lourenço, eleição pode influenciar voto de constituintes que são candidatos

MARILENA DÉGEO

A mousse de camarão, servida como entrada no almoço oferecido pela Bolsa Mercantil e de Futuros — localizada no frenético centro bancário de São Paulo — inspirou o líder do PFL José Lourenço a lançar a idéia do adiamento do segundo turno de votação da Constituinte para depois das eleições municipais. Um dos anfitriões, Eduardo da Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, não só apoiou a proposta como contribuiu para convencer Lourenço de que os 121 constituintes que disputarão a sucessão municipal poderão votar no segundo turno em função dos resultados que pretendem obter nas urnas.

Exaltado como sempre, o líder do PFL manifestou o seu desespero com as dificuldades que vem enfrentando para retirar do texto da nova Constituição pontos polêmicos como a jornada de seis horas e o direito de voto ao menor de 16 anos. Se não houver acordo, principalmente com os deputados do PMDB, para que essas questões sejam suprimidas no segundo turno, Lourenço pensa, inclusive, em levar o PFL a não assinar a nova carta.

COMO D. PEDRO

A idéia mais ousada do líder do PFL, já manifestada no dia anterior, quando esteve no gabinete do presidente José Sarney, é de dissolução da Constituinte. Com a tranquilidade de quem não hesita em começar tudo de novo, Lourenço disse que se for para entregar ao País uma Constituição que cause grande prejuízo à economia, "é preferível dissolver essa Assembleia". O deputado José Teixeira (PFL-MA), um dos acompanhantes do líder no almoço — o outro era a deputada Rita Furtado (PFL-GO) — observou que, ao insinuar essa medida quando olhava o quadro de Dom Pedro I no gabinete de Sarney, Lourenço deixou o presidente muito pensativo.

Ao fazer a comparação o líder do PFL esqueceu-se de que, em 1823, o imperador Dom Pedro I só conseguiu dissolver a Assembleia porque ele estava forte e os constituintes fracos. Hoje a situação pode ser vista de maneira oposta, em primeiro lugar porque Sarney está praticamente no fim de seu mandato, com uma inflação que pode ultrapassar 600% ao ano, e sem o controle da maioria no Congresso.

Lourenço, entretanto, acredita que se o presidente dissolvesse a Constituinte teria o apoio da população. "Podemos fazer um pebiscoito para ver se o povo aceita essa Constituição. Eu acho que não aceita", afirmou com convicção. Para ele, é muito melhor deixar os empresários e investidores durante mais alguns meses na expectativa de definições, do que

promulgar uma Constituição ruim. "Só o dr. Ulysses, que é pai e mãe dessa Constituinte, acha que ela é bonita", comentou sorrindo.

ÓPIO

A diferença entre o seu ponto de vista e do presidente da Constituinte, segundo Lourenço, só tem uma razão: "Eu diria que ele é candidato à Presidência da República". Depois de uma pausa, acrescentou que só pode ser demagogia para uso eleitoral: "É uma mentira, é como dar ópio ao povo". O presidente da Bolsa de Valores concorda inteiramente com ele. Eduardo da Rocha Azevedo lamenta que a maioria dos políticos que têm uma visão moderna da economia sejam minoria na Constituinte: "A maioria pensa demagogicamente, a começar por Ulysses Guimarães".

JUROS

Azevedo enfatizou, durante o almoço, que o principal para os investidores no mercado de ações é a retirada, do texto constitucional, do tabelamento dos juros em 12% ao ano. Não esqueceu, no entanto, de manifestar sua preocupação com os efeitos que a redução da jornada de trabalho para seis horas poderá causar à economia do País e "o prejuízo que o direito de voto aos 16 anos poderá causar às futuras gerações".

Os pontos polêmicos que poderão cair no segundo turno, conforme previsão de José Lourenço, são a licença-paternidade, a fixação de limite de 12% no tabelamento de juros — embora esse princípio deva permanecer —, a proibição da comercialização de

sangue e a preferência na aquisição de bens e serviços pelos governos estaduais e municipais de firmas de capital nacional.

APOSENTADOS

Cheio de ironia, o líder do PFL disse que gostaria que os 12% de juros ao ano permanecessem na Constituição, "em homenagem à burrice nacional". Já em relação à jornada de seis horas, ele comentou que "deve continuar, para inviabilizar o país no mercado internacional". Pela sua avaliação, o País terá sua produção prejudicada para o mercado externo. Os setores mais atingidos, segundo ele, serão a indústria siderúrgica, a exploração de petróleo, as fábricas de papel e celulose, o sistema de saúde e a marinha mercante.

Mais do que contrariado com a dificuldade de conseguir 280 votos no PMDB e no PFL para derrubar a redução da jornada de trabalho, Lourenço mostrou-se irritado com a declaração do ministro da Previdência Social, Renato Archer — um dos protegidos de Ulysses no governo Sarney —, de que tudo o que está sendo aprovado pela Constituinte é suportável. "Como, se a Previdência apresenta 1,8% de déficit público?", questiona o líder do PFL. Ele reclamou das modificações no capítulo da Previdência Social, que permitirão o cálculo do salário dos aposentados com base apenas no último vencimento. E concluiu: "Sem esses novos encargos a situação já é de falência, imagine o que vai acontecer quando essa Constituição entrar em vigor".

A proposta de Lourenço volta a irritar Sarney

BRASÍLIA — As declarações do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, sugerindo a dissolução da Constituinte, voltaram a irritar ontem o presidente José Sarney. Segundo o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique Santos, "Lourenço falou por si mesmo. Neste momento de estabilidade institucional, ninguém pensaria numa coisa dessas".

Também não foi bem acolhida pelo governo a proposta do deputado de adiar o segundo turno da Constituinte para depois das eleições municipais.

"Em todos os momentos em que fez críticas, o deputado deu um depoimento pessoal", afirmou o porta-voz.

Contra as propostas de José Lourenço tem reagido principalmente o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Ele não poupa esforços para dinamizar os trabalhos em plenário, com o fim de entregar o mais breve possível a nova Carta ao País. Em primeiro lugar, e sobretudo, porque, de acordo com o regimento interno, somente Ulysses poderia adiar o segundo turno, o que não o

agrada, segundo suas recentes declarações.

Entretanto, apesar da disposição do presidente, está difícil cumprir os prazos previstos para a promulgação da Constituição. Os primeiros foram otimistas: 7 de setembro e 15 de novembro de 1987. Como a Constituinte se instalou em fevereiro do mesmo ano, já na longa discussão do regimento interno ficou demonstrado que essas datas seriam superadas.

Ulysses, então, adiou para 21 de abril deste ano. Mas os debates em torno do mandato presidencial

e do sistema de governo, associados à falta de quórum, outra vez atrasaram os trabalhos. O novo prazo passou para julho. O deputado foi ao rádio e à TV, através do Diário da Constituinte, convocar os parlamentares a comparecer em plenário. Também realizou sessões às segundas e sextas-feiras pela manhã, a fim de manter os constituintes em Brasília, aproveitando os finais de semana para reuniões de bancada. Agora, os novos prazos sugeridos por ele e o relator Bernardo Cabral, não ultrapassam setembro.

Ulysses defende o texto na TV

BRASÍLIA — O deputado Ulysses Guimarães antecipou-se ao presidente José Sarney, que vai à televisão atacar o que considera erros da Constituinte, e usou, ontem, todo o espaço de cinco minutos do Diário da Constituinte, rede obrigatória de rádio e TV, para defender o projeto de Constituição. "Esta é uma Constituição cidadã", disse Ulysses, explicando que cidadã é quem usufrui de privilégios como educação, saúde e alimentação.

O presidente da Constituinte listou, depois, uma série de conquistas sociais da Constituinte e destacou duas delas: a reforma tributária, que irá tirar 23% das rendas da União para distribuí-las entre estados e municípios, e as vantagens concedidas aos aposentados, coincidentemente os dois pontos escolhidos pelo Planalto como prioritários para supressão no segundo turno. "Os aposentados eram os párias da sociedade", disse Ulysses. "A Constituição, que será uma Constituição auxiliadora, irá acabar com isso. O cidadão vive no município. Nada mais justo, portanto, que os recursos para oferecer-lhe educação, saúde e bem-estar estejam nos municípios". Ulysses fez, por fim, um apelo aos constituintes para que compareçam a Brasília a partir de segunda-feira, 25. "É mais importante que o constituinte esteja aqui, votando, que no município, empenhado na campanha eleitoral", explicou.

RITMO ACELERADO

A partir da próxima semana a Constituinte estará trabalhando mais: de segunda a quinta, entre as 13 e as 22 horas. Mas as votações do segundo turno só começa-



Fogaça e Ulysses, na reunião: indicando os caminhos

rão às 14h30. Até essa hora, os parlamentares vão poder usar o microfone para pequenos pronunciamentos, na prática conhecida como "pinga-fogo".

A decisão foi adotada, ontem, durante reunião dos líderes partidários com o relator Bernardo Cabral, relatores auxiliares e o presidente Ulysses Guimarães, que se mostrou realista, desistindo de convocar a sessão das sextas-feiras, que quase nunca reuniu o quórum de 280 constituintes no primeiro turno. Assim, os parlamentares ficam liberados para participar na campanha municipal de sexta a domingo.

Durante a reunião de ontem foram definidas as regras de votação, ficando acertado que o proje-

to constitucional aprovado no primeiro turno será votado globalmente no segundo, sem prejuízo de destaque para as emendas e requerimentos propondo o restabelecimento do texto original, nos casos de alteração por redação posterior do relator Bernardo Cabral, e que tenha modificado o sentido do dispositivo. Esses requerimentos serão votados simbolicamente, sem utilização do painel eletrônico, sendo considerados aprovados pela maioria simples dos presentes. Na prática, isso significa que um dado dispositivo, aprovado no primeiro turno, mas cujo conteúdo tenha sido alterado pela redação do relator, pode ser rejeitado na votação simbólica com quórum inferior aos 280 exigidos para as demais questões.

Couto insiste: o projeto ainda merece reparos

BRASÍLIA — O segundo turno da Constituinte não será "para inglês ver", segundo afirmou ontem o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto. O governo acredita que a participação será tão intensa quanto no primeiro turno, sob pena de prejudicar a qualidade do texto constitucional que, a seu ver, merece reparos.

Enquanto falava com jornalistas, Costa Couto recebeu um telefonema do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, informando que já se notava "um adensamento cada vez maior de parlamentares em Brasília". Costa Couto finalizou a ligação dizendo acreditar no bom senso dos constituintes para modificar algumas medidas problemáticas para o governo. A avaliação quantitativa do projeto, aprovado no primeiro turno, envolve cálculos complexos, mas estará pronta amanhã para ser entregue ao presidente José Sarney. Costa Couto não confirmou o pronunciamento do presidente em cadeia de rádio e televisão.

No momento, o governo tem em mãos o resultado de uma análise profunda de tudo o que foi discutido e votado. A crítica maior é com as disposições transitórias: anistias fiscal e das dívidas contraídas por microempresários e produtores rurais. "O mandato dos constituintes se completa com a votação do segundo turno. Eles foram eleitos para isso. É uma tarefa nobre", afirmou o ministro, acrescentando que serão também responsáveis pelo que for promulgado.